

Educação e resgate paideico

Em conversa com o vice-reitor de uma universidade paulista, expus para ele minha preocupação sobre os rumos de uma pedagogia jurídica que só “prepara para o mercado de trabalho” ou “garante a futura empregabilidade do aluno”. Fiquei estarrecido quando ele me respondeu que essa visão acadêmica não é só privilégio do mundo das leis. Segundo ele, a colonização foi praticamente completa: “educa-se” para o mercado e não para o mundo do trabalho.

Esse é o quadro do cenário educacional que contemplamos hoje. Os alunos são clientes, os diplomas são comprados em prestações mensais e as metodologias de avaliação são típicas de um sistema de produção toyotista. A eficaz máquina educativa inunda o mundo profissional de analfabetos diplomados e eu convivo com muitos deles nas petições iniciais e contestações.

No fundo, penso que essa máquina parte de uma pobre visão antropológica que oscila entre o homem “consumens” e o macaco evoluído: esse busca a redenção existencial pela técnica, enquanto aquele satisfaz sua curiosidade e se diverte contra a angústia de uma vida sem sentido. De fato, a julgar pelo nível dessa premissa antropológica, a educação superior não pode ser muito diferente: os frutos jamais caem longe da árvore.

Os gregos transformaram a educação na própria razão de ser de seu povo. A Academia e o Liceu foram o modelo de uma escola autêntica: o assenhramento da universalidade do conhecimento da época pelos mestres da filosofia levou o grego aristocrata a frequentar escolas naturalmente. Aliás, em razão do cultivo do saber e da busca da sabedoria, os gregos só poderiam valorizar altamente a educação.

Depois da Grécia, a educação passou a ser vista como fonte de fortalecimento dos povos. Floresceu e democratizou-se com o espírito prático dos romanos até a queda do império ocidental, quando a Igreja Católica assumiu sua função de educadora ao civilizar os povos bárbaros e, alguns séculos depois, fomentou a criação da universidade medieval, legado precioso que perdura até hoje e um dos símbolos da civilização ocidental.

Com o advento do Estado moderno, cada nação tratou de por seus olhos na formação de suas gerações pelo meio da educação, desde a mais elementar até a mais sofisticada, restando a impressão de que o homem estaria no vestibular da conquista do universo, cuja aprovação dependeria do domínio de suas próprias contradições e tendências menos dignas de uma natureza debilitada.

Mas parece que nos encaminhamos para a reprovação, se o estado atual das coisas permanecer assim. Talvez, uma saída passe por uma profunda reflexão sobre o papel da cultura. A cultura é sempre a irrupção do atemporal no meio do tempo. Cultura vem do latim *colere*, que significa também cuidar.

Algo que se relaciona com a natureza e o cultivo da terra e não com uma linha de produção. É uma operação que consiste em cuidar do espaço, liberar os recursos do crescimento de uma pessoa e permitir a frutificação da plenitude de um ser. Por isso, uma vivência cultural lembra mais o trato da terra e não o chão de fábrica.

Educar é, pois, cultivar e não manufaturar. Respeitar os ritmos das colheitas e das estações dos

indivíduos. Trato esmerado. Não produção em série. Contudo, educar entranha um risco: o risco da liberdade humana. É o único caminho, porque uma educação sem risco vira adestramento, algo em que a maioria das faculdades concorrem umas com as outras. Diria até que, em alguns casos, o puro “educar” para o mercado de trabalho chega a ser tão eficaz que o aluno logo consegue um emprego.

Cinco anos depois, todo aquele conhecimento da graduação não tem muito mais serventia e começa a maratona de sucessivos cursos dos mais diferentes tipos, a fim de o ex-aluno se tornar cada vez mais empregável, visando escapar da condição de excluído. Afinal, ele foi adestrado para o mercado de trabalho. Se tivesse sido educado para o mundo do trabalho, muito dificilmente precisaria daquela maratona pedagógica.

A modernidade pedagógica propôs fazer uma educação laica, ainda que, em regra, tenha flertado com o laicismo. A pós-modernidade pedagógica propõe a falsa transcendência do mercado de trabalho. No primeiro caso, sonhávamos com um homem sem Deus. No segundo, sonhamos com algo pior: um homem sem o humano. Eis o efeito nefasto de nosso “adestramento superior”: é chegada a hora de seu resgate paideico. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 15/11/2017, Página A-2, Opinião.

A beleza da música

O mundo em que vivemos tem necessidade do belo para não cair no desespero. A beleza, como a verdade e a bondade, traz alegria ao coração dos homens. Esse é o fruto precioso que resiste ao passar do tempo, que une as gerações e gerações e as faz comungar na admiração das ideias do eterno, do absoluto e do perfeito.

A beleza, como a verdade e a bondade, invade nossa alma e nos resgata de nossa própria miséria, porque nos abre à transcendência, ainda que se resuma ao outro num primeiro momento. Porém, já é um ótimo começo.

E a beleza da música é um excelente meio para nos lembrar de que os contratemplos da vida corrente são como algumas notas hesitantemente lançadas numa partitura em construção: acabam sendo apagadas mais tarde, porque realmente não tinham valor para o conjunto da obra. Mas, para se concluir isso, alguma reflexão foi necessária.

O leitor mais cético afirmará não ter tempo para filosofia ou para diletantismos artísticos. Estamos sempre ocupados. Em casa, no trabalho, no lazer, a toda hora. Às vezes, conseguimos a involuntária façanha de marcar dois compromissos ao mesmo tempo, o que não é sinal de ocupação, mas de pura desordem.

Arranjar uma ocupação é, muitas vezes, uma boa desculpa para não se pensar e deixar para depois.

E, mais adiante, surgem as férias, onde o clima de ócio físico acaba por se transformar também em ócio espiritual, já que a dura galé de nosso trabalho logo vai deixar o cais do porto e retomar seu percurso a um rumo ignorado.

Não peço ao mesmo leitor que saia por prados e bosques verdejantes em ritmo de dança e cantoria em voz alta, como a noviça rebelde. Nem que se encerre na torre de marfim da música diante do desencantamento do mundo, como fez Adorno. Se esse ceticismo é bem compreensível por um lado, por outro, não serve de desculpa.

Os verdadeiros músicos, mesmo engajados em outros campos de atuação, sabem recuperar o sentido da música, porque jamais o perderam. Por isso, sabem encarar as peripécias da vida com outro olhar e com outro tato. Não se aposentaram da reflexão, mas a retomaram desde outro patamar.

Por exemplo, a dita noviça rebelde, como governanta, soube, com muita cantoria, refletir e quebrar o rigor militar da educação dos filhos do capitão-viúvo, trazendo a alegria transcendente da música para um lar que, antes, mais se parecia com um mausoléu. Ou melhor, com um quartel.

Sob a direção de uma batuta esclarecida, fruto de muita meditação, marcando o compasso e o andamento do cotidiano, a música flui dos talentos que cada um é portador, sobrepõe-se às próprias limitações e faz renascer a convicção de se poder viver a vida moderna de cabeça ativa e de se contemplar os horizontes que ela descortina.

Sempre em estado de reflexão, ou seja, sempre com a partitura da vida concreta aberta diante de si, um verdadeiro convite ao encontro de si mesmo. Deixar o ceticismo de lado e buscar uma harmonia vital que possibilite a realização do ser, ainda que nossas circunstâncias pessoais e profissionais ecoem muito mais o barulho de uma britadeira do que o som melódico de uma sonata para piano. Parece um bom propósito que a música pode nos proporcionar.

Nas palavras profundas de Guimarães Rosa, “para cada dia e cada hora só há uma ação possível de ser a certa”. Agindo assim, nossa vida não será uma composição inacabada. Será uma obra de arte, digna de reconhecimento pelo outro.

Justamente o outro para o qual a música se encarregou de nos levar no início. Creio que essa prosa musical já passou dos limites. E, por falar nisso, o limite de toques é a minha espada de Dâmocles, cujo fio sobre minha cabeça sempre desafio semanalmente. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 08/11/2017, Página A-2, Opinião.

Das nove às cinco

Não é regra, mas muitas das economias avançadas, como Alemanha, Holanda e Noruega, têm, na pauta de debate, a tarefa de conciliação entre trabalho e outras dimensões humanas, sobretudo a família. Entendo. A experiência histórica ensina que, na medida em que uma economia desenvolve-se, trabalham-se menos horas, porque sobe a produtividade por hora trabalhada. Então, aquela tarefa torna-se mais viável e, assim, a atividade laboral deixa de absorver todas as energias diárias de uma pessoa.

Já no Vale do Silício, donde poderíamos esperar o mesmo, parece que, na duração da jornada de trabalho, a moda ainda é seguir o modelo da primeira revolução industrial: uma jornada interminável de trabalho. Como foi estampado numa camiseta muito popular nas empresas start-up, “9 to 5 is for the weak”. O que em outros países é uma aspiração, ali, na Califórnia, é para os fracos, para aqueles que não aspiram triunfar ou para os trabalhadores candidatos ao seguro-desemprego.

Em outras palavras, é preciso sacrificar tudo no altar do trabalho. Família, férias, hobbies, amizades e até o ócio (no sentido grego da expressão, por favor). Dessa maneira, ficará demonstrado que o sujeito é um trabalhador comprometido com a empresa, pois sua jornada laborativa só termina quando acaba. Muitos chamam isso de “cultura da empresa”, o que, na prática, não passa de pressão psicológica ou assédio moral, como no caso do Jeff Bezos, que parece ter um certo apreço por hábitos laborais que asfixiam a vida de seus empregados.

O engrandecimento contemporâneo da dimensão laboral decorre da conjunção íntima de dois fatores: o enaltecimento teórico do poder transformador do trabalho, preconizado paradigmaticamente por Descartes, e a verificação efetiva desse mesmo poder, encarnado, ao passo dos séculos, num progressivo e efetivo domínio sobre a natureza.

Vivemos no auge dessa conjunção e, hoje, o trabalho é consagrado como elemento estruturador de toda a civilização ocidental. A nobreza e o status que dele derivam adquirem cada vez mais importância e, como efeito, passam a desentranhar os campos de sua natureza íntima e de sua índole profundamente pessoal.

Nesses campos, podemos proporcionar bens ou serviços necessários e úteis, transformar a natureza em seu benefício, desenvolver nossos talentos naturais, aperfeiçoar uma série de virtudes, servir aos demais e, em cooperação com eles, agir em prol do bem comum. Sob esse ângulo, o trabalho toma um lugar tão central na vida humana, a ponto de ser quase inconcebível uma vida sem trabalho. Como diz Camus, sem trabalho, toda a vida apodrece, mas quando o trabalho é anódino, a vida se asfixia e morre.

É preciso trabalhar duro para se conseguir um lugar ao sol. Contudo, viver para trabalhar - e não trabalhar para viver - acaba por nos conduzir para uma espécie de cegueira para as realidades mais propriamente humanas, aquelas justamente ligadas às dimensões do espírito humano, provocada por um radical ofuscamento que o resplendor deslumbrante do poder transformador do trabalho produz em cada um de nós. O trabalho deixa de ser um valor-útil e vira um valor-fim.

A conversão de um valor-útil num valor-fim, no dizer de Morente, é um erro ou uma aberração estimativa. A mutação do meio em fim acarreta os funestos efeitos já preconizados por Tomás de Aquino, segundo o qual, se aquilo que é para um meio, busca-se como um fim, desfaz-se e destrói-se a ordem da natureza.

Aplicada essa advertência ao trabalho humano, podemos declarar que, quando o trabalho é convertido no objetivo supremo em relação ao qual o homem subordina toda sua atividade e toda sua existência, desvirtuam-se tanto a natureza do trabalho, quanto a natureza do ser humano.

Podemos nos entregar à aventura de transformação das coisas materiais pelo trabalho, mas devemos fazê-lo em busca do aspecto transcendente que corresponda às nossas exigências interiores mais profundas. Quando o homem não é reduzido à uma versão unidimensional de sua realidade, de fato, o trabalho liberta.

Quanto a mim, convidaria os jovens do Vale do Silício a trabalhar intensamente das nove às cinco e, a partir das cinco, a trabalhar o espírito. Não sei se aceitariam. Afinal, enfrentar nossos demônios, depois de um dia de labor, não é para os fracos. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 01/11/2017, Página A-2, Opinião.

Amor, ontem e hoje

Recentemente, conversava com uns amigos sobre os tempos de faculdade. Cada um indicou seu maior legado. Para uns, foi a formação acadêmica; para alguns, foram as amizades; para outros, foram as festas e os jogos universitários. Para mim, foram tempos inesquecíveis em muitos sentidos, mas o maior legado do Largo de São Francisco foi o amor. E, por isso, sempre que vou ao centro de São Paulo, passo por lá, sento-me entre aquelas arcadas históricas e simplesmente me desligo por alguns instantes do mundo em volta.

A qual amor me refiro? O amor ao direito, à minha profissão, aos estudos, aos meus amigos, aos injustiçados e à minha segunda namorada, que se casou comigo depois. Mas não necessariamente nessa ordem, porque corro o sério risco de ter problemas lá em casa. Assim, deixemos as causas de lado e concentremo-nos na pessoa amada.

Quando amamos uma pessoa, parece que nossa vontade é catapultada a uma capacidade de criar sem fim. Talvez isso decorra do fato de que uma pessoa é sempre uma fonte de novidades. Criar é fazer que existam coisas novas. O mais criador que existe é o amor: “todo amor é criador e não se cria mais que por amor”, já disse o poeta.

Por exemplo, nesse afã criativo, o amor aguça a capacidade de superar as dificuldades para unir-se e conhecer ao ser amado. Busca sempre novas formas de afirmação do outro. Mas, busca, sobretudo, uma coisa fundamental: sua perpetuação imortal no outro, ainda que a morte, um dia, venha a separar os amantes fisicamente.

Cada um de nós é um ser intrinsecamente amoroso, é uma realidade amorosa. Seria interessante estudar histórica ou socialmente a condição amorosa, que se realiza de formas muito diversas, com

variações de intensidade e de conteúdo, nas manifestações reais da vida pessoal ou literárias da vida social. E relacionar esse dado com a atitude face àquela imortalidade.

Será que não existem épocas em que o homem sente fortemente a pretensão de imortalidade, tem vivo interesse por ela, por continuar vivendo sempre, precisamente porque tem uma realidade intensamente amorosa? Pelo contrário, não sucederá que, em épocas em que a capacidade amorosa decai, o nível amoroso anda baixo, produz-se diretamente uma queda no desejo de imortalidade, da pretensão de perdurar?

Apesar do ceticismo que, infelizmente, mina a capacidade de amar das pessoas nos dias atuais, ainda há manifestações culturais, principalmente na música e na literatura, que enaltecem aquela perpetuação imortal do amor. À medida que se ama, necessita-se continuar vivendo ou voltar a viver depois da morte para continuar amando. Recordo-me de uma bela afirmação de Agostinho: “meu peso é meu amor, por ele sou levado onde quer que eu vá”. É o peso da vida humana, o amor, que nos carrega de uma parte a outra.

Hoje, tenho a impressão de que vivemos numa crise de amor. O amor, essa constante disposição da vontade humana, deu lugar para os afetos, sempre instáveis, em todos os relacionamentos. E, num ambiente de pluriafetividade, não há espaço para um desejo de imortalidade. É o aniquilamento do amor. Tudo passa a ser fugaz e superficial. Líquido.

“Tu que eu amo, não morrerás”, é a feliz fórmula de outro poeta. Isso significa a impossibilidade de se pensar no fim da pessoa amada. Necessita-se dessa pessoa para que a vida tenha sentido. Se o homem estivesse destinado a perecer, não seria tudo um enorme engano, uma espécie de brincadeira de mau gosto? A vida teria um sentido? Mas o que impulsiona essa maneira de ver as coisas é precisamente o amor.

Se não se ama, tudo cai na própria base e já não importa nada. Em outras palavras, quem não ama com aquele afã criativo de eternidade, não só não deseja continuar a viver, mas já converteu sua vida num tremendo engano. Com respeito à divergência, é o que penso.

André Gonçalves Fernandes. Ph.D., é juiz de direito, professor-pesquisador, coordenador acadêmico do IFE e membro da Academia Campinense de Letras

Artigo publicado no jornal Correio Popular, edição 18/10/2017, Página A-2, Opinião.

Dilemas do homem atual



A figura de Sônia, do livro *Crime e Castigo*, de Dostoiévski, traduz o diagnóstico do genial escritor russo para o homem contemporâneo. Sônia é uma menina de 17 anos, filha de um pai alcoólatra e irresponsável e de uma madrasta deprimida, neurótica, agressiva e tuberculosa, com vários irmãos daqui e dali. Neste contexto, Sônia é levada, pelas circunstâncias, à prostituição para o sustento da família, mas nunca deixou sua fé de lado.

Contudo, ao contrário da percepção esperada pelo leitor e, principalmente, por Raskólnikov, um estudante influenciado por teorias sobre a origem estritamente humana da moral, na tradição de Maquiavel a Nietzsche, Sônia não guarda rancores do próximo. Muito pelo contrário, sente misericórdia por todos e, inclusive, por sua clientela, composta por bêbados, doentes e velhos que possuíam seu corpo de menina em troca de uns rublos.

Sônia não brilha para nós, seres voltados para o nosso umbigo, simplesmente porque ela ama. Para ela, se alguém ama, então é livre. Segundo o autor russo, quando Sônia, em seu movimento de amor, torna-se opaca (antes, uma menina perdida que, agora, necessita reencontrar-se), estamos no reino do niilismo chique e científico, a saber, a ciência e sua cultura, incapaz de produzir valores perenes.

O homem atual é caracterizado por um relativismo cultural e histórico, fruto do próprio processo filosófico e científico contemporâneo que, por vezes, é apontado como a única solução para uma boa convivência democrática, dentro do espectro da “tolerância às diferenças”, fato gerador daquilo que foi chamado por Ratzinger como a “tolerância intolerante”, mormente quando o debate público refere-se à dimensão religiosa do homem.

No entanto, tal espectro gera, sob outro ângulo, um impasse intelectual e prático, sobretudo no campo dos inúmeros dilemas éticos que vivemos, muitos dos quais encerram verdadeiras aporias, a serem “superadas”, em muitos países, pelos trabalhos das Cortes Constitucionais que, ultimamente, ao invés de interpretar a realidade jurídica a partir das chaves de leitura existentes na realidade ontológica, têm resolvido inovar nessa mesma realidade, ao arrepio do conselho de Gadamer: “Se queres dizer algo sobre um texto, deixe que o texto lhe diga algo antes”.

Outro dado marcante do homem atual é sua completa dependência de toda situação que realize seu

desejo. Aliás, tal constatação, que poderia ser meramente empírica, deixou essa esfera e ingressou no terreno axiológico, como um dos poucos e válidos critérios de valor. Some-se o apego generalizado pelas coisas materiais, as quais precisam ser adquiridas de forma imediata, paradoxalmente, na mesma velocidade com que, depois, saturam a pessoa, um círculo vicioso gerado pela dinâmica de uma “sociedade de mercado”, em que tudo é precificado e que são criadas sempre novas “necessidades”, com o intuito de o mercado satisfazê-las depois.

Assim, a tríade relativismo-consumismo-hedonismo substituiu, num só golpe, o eixo que sustentou a humanidade por séculos, formado pela transcendência, esperança e caridade. Evidentemente que a assunção daquela tríade foi fruto do desenvolvimento do pensamento moderno, definido, primeiramente, pelo paradigma de cisão entre filosofia e teologia (Descartes) e entre filosofia e ciência (Kant). Ato contínuo, tomou corpo o paradigma de identidade, o qual identifica o absoluto com a história (Hegel) ou com a ciência (Comte), acompanhado, depois, pelo paradigma do efêmero, que nasce com a adoração do tempo, e, ao cabo, pelo paradigma do desprezo à verdade (pragmatismo), seguido de sua negação (nihilismo).

Entretanto, não se trata de refutar totalmente a cultura moderna, pois pensamos que muitas de suas facetas contribuíram materialmente para o incremento do tesouro intelectual da humanidade, naquilo que de sentido transcendente subsistiu em cada esforço em direção à órbita veritativa. As lições úteis devem ser conservadas: dentre as quais, uma maior sensibilidade filosófica na captação dos erros de algumas correntes de pensamento e a depuração epistemológica de uma visão estritamente intelectualista da filosofia.

Diante desse “humanismo antropocêntrico” que assinala a humanidade atual, convém refutar o antropocentrismo e não o humanismo, porquanto é legítima uma fecunda valorização do homem, mas não a sua absolutização, que degenera no nihilismo mais pedestre. Em substituição, propomos um “humanismo teocêntrico”, infenso a alguns atavismos nostálgicos da Idade Média, justificantes da historicidade dessa importante época humana e que, hoje, padecem de sentido, sem refutarmos o magnífico desenvolvimento das ciências no curso dos últimos séculos, desde que suas conquistas respeitem a dignidade da pessoa humana.

Dessa forma, acreditamos que as ciências e a filosofia não mais estarão, como outrora, numa relação de instrumentalidade nos confrontos com a teologia, conferindo-se, por outro lado, o lugar certo na ordem de valores para as mais elevadas formas do conhecimento. É indúvidoso que uma inteligência formada exclusivamente pelos hábitos mentais da tecnologia e das ciências dos fenômenos dificilmente vive um ambiente normal aberto para o transcendente. Não obstante, a inteligência natural, que opera no senso comum, está centrada no ser espontaneamente e, com frequência, dá muitas pistas para o conhecimento da verdade para aqueles cujo coração está aberto a tanto.

Nunca os homens tiveram tanta necessidade do clima intelectual da filosofia e da teologia, irmanadas num propósito específico: o homem. Talvez, por isso, exista algum medo nesta aventura existencial, a única senda eficaz para reintegrar a inteligência ao seu funcionamento mais natural e profundo e, logo, reconciliar suas vias com o caminho próprio da transcendência.

Nesse momento, a menina Sônia torna-se menos opaca, e podemos perceber que ela é, na literatura, a encarnação do verdadeiro humanismo que vaga, como um cego, pelas “Sibérias” do pensamento humano. Ela está sempre pronta a nos fazer ressurgir, como fez com Raskólnikov que, depois da

leitura da passagem evangélica sobre a ressurreição de Lázaro, inicia seu processo de regeneração existencial e moral rumo ao resgate do homem novo de São Paulo apóstolo, esse homem teocentricamente reconciliado consigo mesmo.

André Gonçalves Fernandes é graduado cum laude pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Mestre e Doutorando em Filosofia e História da Educação pela UNICAMP. Juiz de direito titular de entrância final. Pesquisador do grupo Paideia, na linha de ética, política e educação (DGP - Lattes) e professor-coordenador de metodologia jurídica do CEU-IICS Escola de Direito. Coordenador Acadêmico do Instituto de Formação e Educação. Juiz Instrutor/formador da Escola Paulista da Magistratura. Colunista do Correio Popular de Campinas. Consultor da Comissão Especial de Ensino Jurídico da OAB. Coordenador Estadual (São Paulo - Interior) da Associação de Direito de Família e das Sucessões. Membro do Comitê Científico do CCFT Working Group, da União dos Juristas Católicos de São Paulo e da Comissão de Bioética da Arquidiocese de Campinas. Detentor de prêmios em concursos de monografias jurídicas e de crônicas literárias. Autor de livros publicados no Brasil e no Exterior e de artigos científicos em revistas especializadas. Titular da cadeira nº30 da Academia Campinense de Letras.

Tags: Educação, Ensino, Modernidade,

Fonte: IFE Campinas. Disponível em:
<http://ife.org.br/educacao-e-resgate-paideico-andre-goncalves-fernandes/>